

O COMPROMISSO DE MANTER A CONFIANÇA DA POPULAÇÃO NO JUDICIÁRIO



RENATA GIL

Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB)

Historicamente, países democráticos passam, em algum momento, por crises de representação. Seja por escândalos de corrupção, instabilidade política, recessões econômicas ou tensões sociais. Hoje, a dramática situação criada pela covid-19 em algumas nações vem dando origem a inúmeros conflitos relacionados a esses impactos, sejam eles financeiros ou oriundos das restrições impostas para proteger a saúde de toda população.

Mas é nas adversidades que podemos mensurar a eficiência e verificar a importância do trabalho exercido por cada um dos Poderes. Neste contexto, o Judiciário prova diariamente sua competência no cumprimento de funções ao garantir os direitos individuais, coletivos e sociais, e de resolver conflitos entre cidadãos, entidades e Estado.

Em uma democracia, a relação entre o Judiciário e a sociedade pode ser um desafio para a magistratura e para os tribunais enquanto instituições. Para que o Judiciário possa manter sua eficiência, é preciso debater a própria atuação e ir sempre em busca das melhores e mais eficientes soluções no

“É nas adversidades que podemos mensurar a eficiência e verificar a importância do trabalho exercido por cada um dos Poderes”

cumprimento de suas funções. Por isso, são necessárias análises constantes e investigações acadêmicas sérias sobre a percepção do trabalho e a qualidade do exercício jurídico. O caminho para o aprimoramento do Judiciário brasileiro passa, sim, pelo incentivo às pesquisas.

Recentemente, um grande levantamento nacional realizado por mais de um ano e desenvolvido pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) apontou que o Judiciário é o poder mais bem avaliado pela sociedade, à frente do Executivo e do Legislativo. Ao todo, 52% dos brasileiros confiam na Justiça. O resultado reafirma a boa impressão da sociedade sobre o trabalho dos magistrados, mas também demonstra que é preciso evolução constante em busca de uma eficiência cada vez maior.

A pesquisa divulgada em dezembro de 2019 foi o maior estudo realizado no Brasil sobre percepções, sentimentos e expectativas da população em relação à atuação do Judiciário até então, com a participação de mais de 2,5 mil pessoas, entre advogados, defensores públicos e outros representan-

tes da sociedade. Ao lado da pesquisa “Quem somos. A magistratura que queremos”, também realizada pela AMB, os levantamentos apontam a necessidade do fomento a ações que apontem caminhos e oportunidades de melhoria do Judiciário para a sociedade. Seja pela promoção de ações de esclarecimento e comunicação sobre as atribuições, a organização e a atuação do Poder, ou seja, pela busca de recursos tecnológicos que facilitem a atuação e o enfrentamento de vulnerabilidades, como a burocracia, para melhorar e fortalecer a imagem do Judiciário.

Para incentivar a produção acadêmica, o Centro de Pesquisas Judiciais (CPJ) da AMB lançou em abril de 2020 o 1º Concurso de Artigos Científicos – com inscrições até 30/6 de 2020. A iniciativa propõe a análise crítica dos dados das duas pesquisas realizadas pela AMB: “Estudo da imagem do Judiciário brasileiro” e “Quem somos. A magistratura que queremos”.

Assim, a AMB contribui com a evolução do Judiciário, e os magistrados, por sua vez, continuam exercendo suas funções com um olhar no futuro, para fortalecer a segurança jurídica a todos os cidadãos também com razoabilidade para mitigar as consequências de todas e quaisquer crises em meio à democracia. Um trabalho contínuo para manter e fazer crescer cada vez mais a confiança da população no Judiciário. Inclusive em meio a uma pandemia.

